



Anais da Assembléia

Nº 68

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 10 DE JUNHO DE 1981

ANO VI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 63ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 1981 (QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados Jurandir Messias e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (56), achando-se ausentes, em licença os Senhores Deputados José Tavares e Valduga (2).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n.º 203/79, de sua autoria, que visa outorgar o título de Cidadão Benemérito do Paraná a Ophir Ruy Woitowicz.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1981.

a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consagração na Ata dos trabalhos legislativos, de um voto de pesar pelo passamento do Sr. Gabriel Domingos Abdalla ocorrido em data de hoje na cidade de Francisco Beltrão.

O extinto era pai do Sr. Eros Rüppel Abdalla, funcionário aposentado deste Poder, e chefe de tradicional família paranaense, que com o seu falecimento consternou seus familia-

res e aqueles que desfrutavam de sua amizade.

Outrossim, requeiro, que da decisão do presente, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1981.

a) ERONDY SILVÉRIO

Apoioamento: TÚLIO ZANCHET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. PAULO ROZO, ocorrido em 09 de junho do corrente, no Distrito de Boa Vista da Aparecida, Município de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1981.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um pioneiro que iniciou as primeiras marcas da presença do homem na floresta bruta da localidade de Boa Vista da Aparecida, tendo feito a facção as primeiras picadas que permitiram a penetração dos cargueiros que transportavam as primeiras lonas que foram morada de muitos desbravadores.

Teve uma visão muito clara do que poderia vir a ser as terras e as riquezas que hoje qualificam a potencialidade agro-econômica e social do oeste paranaense.

Homem calmo e prudente, sempre teve o cuidado de não criar atritos com a natureza e com as pessoas. Resistiu a todas as transformações do oeste paranaense, permanecendo incólume a todas as suas modificações até constatar a sua previsão do grande celeiro que seria a região.

As primeiras casas e as primeiras roças tiveram o marco de sua determinação, e o seu passamento representa o hiato e a escuridão de primeira página da história que o futuro só poderá perceber através da lembrança de uns poucos.

O marco de seu pioneirismo ficará indelével na memória dos fortes, dos pioneiros e dos corajosos homens que desbravaram o bruto sertão paranaense, transformando-o em civilização ordeira e progressista, dando ao País, anonimamente, a contribuição que poucos patriotas sem alarde souberam dar.

A sua memória se confunde com a própria natureza de Boa Vista da Aparecida e do Município de Capitão Leônidas Marques, porque o seu exemplo de grandeza representa a própria civilização que ele ajudou a plantar.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais, REQUER seja endereçado ao Excelentíssimo Sr. Dr. IVAN RIGHI, DD. Procurador Geral do Estado, um apelo no sentido de determinar a conclusão do inquérito, presidido pelo Dr. Hélcio B. Silva, aberto na Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1981.

a) GILBERTO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Nossa solicitação prende-se ao fato da necessária urgência em apurar as possíveis irregularidades e, se houver, punir os responsáveis, proporcionando a suspensão da intervenção e volta de sua normalidade funcional, dando condições de pleitear a criação de novos cursos, visando suprir a deficiência da Faculdade de Filosofia de Apucarana, com suas atividades suspensas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de TELEX ao Sr. João Baptista Figueiredo, encarecendo a criação do subsídio para o leite.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1981.

a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

Enquanto o Governo fala em exportar o excedente, o brasileiro continua cada vez bebendo menos leite. Estamos na entressafra e por incrível que pareça está sobrando leite no Brasil. Em pouco mais de um ano o produto sofreu uma alta de 286%, saindo dos Cr\$ 9,90 de abril de 1980 para Cr\$ 36,00 atualmente, e com a nova alta prevista para os próximos dias, o tipo C passará a custar Cr\$ 43,00 e o tipo B, Cr\$ 50,00, contribuindo para diminuir ainda mais o consumo.

Em alguns Estados brasileiros, como o Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro, bebe-se 200 gramas "per capita" de leite ao dia, ao passo que em outros Estados, o consumo varia de 60 a 100 gramas diárias. E sabe-se que a ONU recomenda um mínimo de 400 gramas por dia.

E o Governo já começa a estudar a criação do subsídio com a finalidade de exportar, pois o custo médio do leite desnatado no mercado internacional é de mil e duzentos dólares a tonelada, enquanto que o custo do produto à nível nacional atinge três mil e duzentos dólares.

O Governo sabe que o leite é fundamental para a alimentação da criança. Deve saber também do índice de mortalidade infantil, onde de cada mil crianças, 150 morrem antes de completar um ano de vida.

A população brasileira acredita na sensibilidade do Governo e exige o subsídio de 50% para o leite, com repasse para o produtor ou para as indústrias.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Sr. HAROLDO FERREIRA DIAS, digníssimo Secretário da Segurança Pública, pedindo ação decidida e eficaz no combate ao roubo de veículos e assaltos no Município de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1981.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Há algum tempo temos pedido providências às autoridades da Segurança Pública, no sentido de acionar o contingente civil e militar para reprimir o progressivo avanço da criminalidade na região oeste paranaense, sem que efeitos positivos se façam notar.

A situação está levando a sociedade ao desespero e a completa insegurança, o que predispõe os indivíduos a viabilizam a própria segurança pessoal. E esse clima de tensão, multiplica o "animus" da discórdia, gera desassossego (?) e faz com que a população perca a confiança nos poderes constituídos.

Aliás, os recentes debates de secretários de segurança dos diversos Estados, têm concluído que a criminalidade vem crescendo a níveis insuportáveis, provavelmente por razões de natureza econômica e social do País.

Apesar dos apelos às autoridades locais, Capitão Leônidas Marques, vive um clima de completa insegurança, e nos contatos populares, embora reticentes, algumas vítimas chegam a sugerir o envolvimento de policiais em furtos, roubos e violências praticadas por homens encarregados de reprimir os fatos criminosos.

O problema está sério, e agora a Câmara Municipal se pronuncia solicitando providências sem mais delongas, por isso

espera-se da Secretaria de Segurança uma resposta a esta exigência daquela comunidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 30/81, em 3.ª discussão na sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1981.

a) FIDELCINO TOLENTINO

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Rosário Pitelli, inscrito.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Senhores Deputados.

A cafeicultura tem hoje um dia de extraordinária importância para o seu futuro. Do encontro de hoje em Brasília deverá surgir novos rumos para o produto que já foi a maior economia deste País. Hoje muito embora a sua importância econômica esteja bem diminuída, a verdade é que tem um alto significado social.

Os cafeicultores, principalmente de nosso Estado, estarão defendendo uma política cafeeira mais arrojada e acima de tudo independente.

1 — Vão pedir um basta ao confisco, sendo praticamente ponto preponderante a sua total extinção.

2 — Deverão lutar com todas as forças para o rompimento do acordo internacional do café, hoje totalmente prejudicial ao nosso País.

3 — A racionalização do funcionamento do IBC, visando a redução das despesas, por ser ele hoje um órgão de reduzida operosidade, também fará parte das reivindicações dos cafeicultores preocupados com o futuro.

4 — Os armazéns do IBC, acham os cafeicultores, deverão ser livremente utilizados para o armazenamento do produto, sem a obrigatoriedade de venda do produto.

5 — Outra tese de significada importância será o pedido para que não seja feita subsidiada às indústrias e torrefações.

6 — O IBC segundo os cafeicultores da região de Cornélio Procopio, pedirão ao Governo na área de comercialização o seguinte:

a) o Governo comprará o café para pagamento em 1982 na seguinte base: em janeiro e abril — 110 dólares para o tipo 6 e 100 dólares para o tipo 7.

b) o Governo financiará o café baseado no valor dólar atual, sendo que 50% — será revertido para pagamento dos débitos junto ao Banco e os restantes 50% serão liberados para o custeio e manutenção da lavoura.

Senhores Deputados, quantas vezes já se tem afirmado que a lavoura cafeeira tem sido a responsável pelo desenvolvimento de nosso País. O desenvolvimento industrial do eixo São Paulo, Minas e Rio, estendendo-se ao Espírito Santo, cujo Município de Colatina foi um dos maiores produtores do Brasil teve como responsável o desenvolvimento da lavoura cafeeira. Em nosso Estado, a sua presença e passagem criaram importantes cidades e municípios, em todo norte do Estado. Verdadeiras fortunas foram formadas, onde também havia recurso para uma ampla e bem paga mão-de-obra. Tudo isso, infelizmente já vai fazendo parte de um passado. De um momento para outro, por determinação oficial assistimos a erradicação da lavoura cafeeira, seguindo-se de leis de assistência ao trabalhador rural, que ao em vez de o beneficiarem, fizeram com que o mesmo — pago de seus direitos abandonasse sua residência no campo, para se transformar num grave problema do "bóia-fria".

Só mesmo a lavoura cafeeira, oferece condições de promover o retorno do lavrador ao campo e sua fixação lhe proporcionará condições melhores de vida para uma alimentação mais sadia e farta.

Há necessidade que a barreira que parece existir entre os cafeicultores e os órgãos oficiais seja transposta, para que os cafeicultores - verdadeiros heróis na agricultura - recebessem o preço justo do café, preço justo este demonstrado sempre com provas exatas. Se exatas não fossem as dificuldades apresentadas, teríamos a outra de que nenhum produtor abandonaria a sua lavoura — SE ELA LHE DESSE RESULTADO E SE NÃO FOSSE DEFICITÁRIA.

Por tudo isso, cada dia, menor se tornam os cafeeiros em produção no Paraná, dando lugar ao pasto, a soja, ao milho, atividades essas que não absorvem tantos braços humanos como deveria se desejar. E em nosso Estado, que segundos as estatísticas já conta com 800 mil "bóias-frias", acaba fornecendo contingentes diários de seres humanos sem qualificação profissional para as periferias dos centros urbanos, para a formação de favelas e suas conhecidas e lamentáveis conseqüências.

Assim, o II Encontro Nacional dos Cafeicultores, hoje em Brasília, vai decidir o futuro da cafeicultura. Ou ela voltará fortalecida, livre — independente — ou sepultaremos para sempre nossas esperanças que um dia ainda o homem voltará aos campos.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

(Ausente) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado David Cheriegate, inscrito.

(Ausente) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Túlio Zanchet, inscrito.

(Ausente) — Está encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos, inscrito.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"Onde as liberdades não são direitos, e estes não são poderes, nem há direitos, nem há liberdade."

Não há como a classe política brasileira, e, especialmente nós com mandato popular, deixar de levar adiante uma luta, que ao meu ver, é uma das mais importantes dentro da atualidade brasileira: A LUTA PELO MUNICIPALISMO.

Os municípios como precursores do Estado, são por este hoje esmagados impiedosamente. As municipalidades estiveram sempre presentes na vida das instituições nacionais e marcaram sua trajetória desde o berço da nacionalidade com as Ordenações Filipinas e Manoelinas, tentando discipliná-las no seu nascedouro.

Se formos bem analisar, desde os regimes de 1824, 1828, 1834, 1862 e 1891, encontraremos nos textos constitucionais a autonomia municipal, que não passou de ser mera retórica constitucional.

Alguns marcos municipalistas foram conseguidos em 1924, 1928 e 1930, mas a segunda República foi tão anti-Municipalista quanto a primeira.

O Municipalismo brasileiro reconquistou sua autonomia com a Constituição de 1946, que foi considerada como a mais municipalista de todas as Constituições brasileiras.

A Reforma Tributária Nacional de 1965, foi feita para assegurar a autonomia financeira dos Estados e dos municípios. Foi uma reforma federalista por excelência.

A construção desse sistema, no entanto, tem sido desvirtuado nos últimos dezessete anos. A forma legislativa do Governo Federal (por Atos Institucionais, complementares e por decretos-leis) foi, paulatinamente, durante esse tempo, abrindo brechas e comprometendo a estrutura desse sistema tribu-

tário.

No Sistema Tributário Nacional reserva-se aos Estados e municípios as TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E INTERGOVERNAMENTAIS.

A primeira não é favor ou ajuda federal. A quota parte no Imposto de Renda (IR), no Imposto de Produtos Industrializados (IPI) ou dos Impostos Únicos ou especiais (IU) são tão RECEITAS PRÓPRIAS do município, como são o Imposto Predial e Territorial Urbano ou o Imposto de Serviços de Qualquer Natureza (ISS). Assim, toda participação dos Estados e dos municípios deveria ser classificada como receita própria, tributária, sendo a repartição IMEDIATA, INTEGRAL, DIRETA e INCONDICIONADA.

As TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS, que são distribuições de receitas tributárias, não foram idealizadas para sofrerem condicionamentos e vinculações; isto foi, aliás, o que bem pontificou a Comissão da Reforma Tributária Nacional, que redundou na Emenda Constitucional 18/65.

Essas mutilações vieram depois e elas é que ferem a autonomia financeira dos Estados e municípios.

O debilitamento financeiro dos Estados e municípios decorre sobretudo dos atos de força cometidos pelo Poder Central.

Um desses atos arbitrários é quando a União cobra "taxas" de administração, à título de custo de fiscalização e arrecadação do IUM, IUCLG, IUEE e ITR, por exemplo.

Aquele que seria o principal imposto dos Estados e municípios, em termos financeiros, o ICM, e portanto, neutro e com alíquota uniforme, acabou virando instrumento promotor de investimentos industriais ou de execução da política fiscal do Governo Federal relativa à exportação de bens industrializados e até mesmo primários.

As manipulações federais, através de atos e decretos-leis e de reuniões da CONFAZ, relativamente ao ICM, sempre se fizeram contra os cofres dos Estados e dos municípios.

Segundo o Secretário VILSON DECONTO, do Planejamento, "O PARANÁ QUE CONTRIBUI COM PARCELA CONSIDERÁVEL DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA, PARTE DA QUAL DESTINADA À EXPORTAÇÃO. PORÉM, O SISTEMA TRIBUTÁRIO QUE INCIDE SOBRE OS PRODUTOS CONTÉM DISTORÇÕES PREJUDICIAIS, AGRAVADAS PELO FATO DE QUE 40% DA PRODUÇÃO PARANAENSE SÃO ISENTOS DO ICM. NO DIAGNÓSTICO DA PROBLEMÁTICA DO PARANÁ HÁ UMA PERDA SUBSTANCIAL DE RECURSOS, TANTO PARA O GOVERNO DO ESTADO, QUANTO PARA OS MUNICÍPIOS. TAL QUADRO REFLETE-SE EM MUITAS DIFICULDADES QUE OS MUNICÍPIOS ESTÃO ENFRENTANDO, ALGUNS EM SITUAÇÃO REALMENTE PRECÁRIA. ENTÃO, URGE ELIMINAR TODAS AS ISENÇÕES SOBRE O ICM."

Com relação ao IPI e ao IR, que formam a base de recursos dos Fundos de Participação dos Estados e Fundo de Participação dos Municípios, tem-se a registrar que a União utiliza tais impostos como instrumentos de política econômica em diversos setores, mas principalmente no esforço para extorquer a economia brasileira.

Outro problema sério dos FPE e PRM são vinculações a fins determinados, fato que constitui tutela inaceitável em um sistema federativo, e que, além de tudo, discutível na sua essência.

Constitui, igualmente, questão polêmica e nefasta aos Estados e municípios os incentivos fiscais do IR das pessoas físicas (Decreto-Lei n.º 157) e das pessoas jurídicas (SUDENE, SUDAM, RELORESTAMENTO, PESCA, TURISMO etc), reduções ligadas às cadernetas de poupança e favorecimento a fundos de investimentos, ou à EMBRAER e ao MOBIL, sem que haja compensação em favor dos

Estados e municípios.

No Fundo Rodoviário Nacional, cujo percentual distribuído aos municípios é muito acanhado, o Município recebe apenas 8% e tem um plano de aplicação e prestações de conta muito complicados. Podemos afirmar que esse Fundo é o mais burocratizado de todos. Além disso a liberação dos recursos é feita com muito atraso pelo DNER, o que prejudica sobremaneira. Para ter-se uma idéia, o Paraná e os Municípios paranaenses, acabam de receber, agora, a cota-parte relativa ao segundo trimestre do ano de 1980.

Muito ainda, teríamos a falar sobre o Imposto sobre Serviços, Imposto Territorial Rural, Taxa Rodoviária Única, Imposto Único sobre Minerais e Imposto Incidente sobre Combustíveis e Lubrificantes Líquidos e Gasosos.

Dentro desta sistemática é impossível evitar-se o endividamento que está levando os municípios ao caos, saturados, não mais podem endividar-se. E tudo isto ocorre enquanto os chamados recursos a "fundo perdido" — que irei me referir daqui a pouco são distribuídos de maneira eminentemente política, e suas fontes se constituem em segredo, do qual só têm conhecimento alguns poucos privilegiados e que, via de regra, são aplicados em obras de fachadas.

Assim temos que o êxodo rural já exauriu em vastas regiões paranaenses toda a população. Já tirou da zona rural toda a população trabalhadora, dando lugar ao êxodo que se processa das pequenas para as grandes cidades.

Enquanto isso o município que tem no Governo centralizador a sua "madrasta", vê aumentando seus encargos.

É do conhecimento geral a sobrecarga municipal no que diz respeito à manutenção e conservação de viaturas policiais, prédios, aluguéis e instalações para alojamento de efetivos militares.

No setor de Saúde e Assistência Social basta que se atente para o que diz respeito ao transporte de doentes, que é intenso. Internamentos, alimentação de pessoas carentes, subvenções a entidades assistenciais e, no que se refere as subvenções, os Prefeitos são pressionados a todo o instante, por essas entidades, porque elas não conseguem recursos substanciais para manutenção desses serviços.

Na Educação temos o pagamento de professores, de serventes, do pessoal da merenda escolar e da própria merenda escolar, de que o município participa, a manutenção e conservação de prédios, e o mais, que dispensa maiores exames e que deve ser considerado.

As Juntas e Delegacias do Serviço Militar, com despesas de aluguel.

E a Justiça Eleitoral que é igualmente sustentada pelos municípios com pessoal, material e despesas de manutenção. Além disso, em época de eleição, há o fornecimento de viaturas, combustível, transportes e alimentação de pessoal e eleitores.

IBGE — que apesar de não ser encargo natural do município e este quem paga os aluguéis.

Os famosos convênios que são onerosos, quase todos eles, pois têm como finalidades transferir aos municípios encargos de outras esferas, sem contrapartida financeira compensadora.

As COHABs além de onerar os municípios, com doação de terrenos, infra-estrutura, transfere a estes a ingrata tarefa de cobrar os mutuários e administrar os núcleos.

O mais grave são investimentos à custa, ou com a participação dos municípios nos setores de energia elétrica, saneamento, telefonia e no combate à erosão, tanto rural como urbana. Nos setores de energia e saneamento, os investimentos são de grande vulto e os resultados da exploração dos serviços — cobrança das tarifas — são totalmente para as empresas concessionárias, tirando-se, assim, dos municípios a possibilidade de retorno do investimento.

Este é um retrato sem retoque da situação dos municí-

pios, em consequência dessa tecnocracia tupiniquim em que não se vê que sem o fortalecimento da "célula mater" não teremos Estados nem Nação forte.

Dados oficiais, coletados pelo IBAM, dão conta que enquanto a receita direta e indireta da União, em 1978, foi de 9 trilhões 545 bilhões, 153 milhões, 730 mil e 744 cruzeiros, aos Estados coube 250 bilhões, e aos municípios 60 bilhões, que representa, respectivamente, 2,62% e 0,6% da receita da União.

E diante deste quadro é oportuno lembrarmos trecho de ARTUR BERNARDES, que afirmava que "A FEDERAÇÃO É UMA FICÇÃO, O QUE EXISTE É O MUNICÍPIO. SE NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL A BASE É A FAMÍLIA, NO ORGANISMO POLÍTICO O MUNICÍPIO É O ELEMENTO NUCLEAR DA CÉLULA DO EDIFÍCIO NACIONAL".

Por tudo isso quando criou-se a Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, no Paraná, a iniciativa contou com amplo apoio de todos os setores, que dela esperavam o firme propósito de lutar contra estas aberrações existentes, fortalecendo o Paraná e seus municípios.

No entanto o que estamos presenciando é uma ingerência arbitrária, na autodeterminação municipal.

O titular da Secretaria está percorrendo o Paraná distribuindo parques recursos a Fundo Perdido, sobre o qual é errôneo afirmar que não há critério de distribuição; ele existe. É um critério eminentemente eleitoral para obras de puro ornamento, em detrimento de carentes necessidades municipais, sujeitando-se aos caprichos dos chamados "comandos políticos".

As obras municipais previstas na lei orçamentária ou em prioridades já definidas como consenso administrativo nada recebem de auxílio governamental.

Caso o ilustre Secretário de Desenvolvimento dos Municípios esteja realmente imbuído no propósito de trabalhar em favor do Estado e dos municípios paranaenses, muito mais estaria contribuindo se concentrasse suas atividades no sentido de restabelecer-se o espírito, a finalidade e o sentido da reforma tributária nacional de 1965, reivindicando:

1 — um tratamento criterioso às transferências intergovernamentais, com repartição imediata, integral, direta e incondicional;

2 — o restabelecimento da neutralidade do ICM, eliminando o caráter distributivista e de política fiscal, as isenções e as aplicações incorretas, que favorecem exclusivamente à União;

3 — que se reveja o critério de formação do Fundo de Participação do Estado e o Fundo de Participação dos Municípios, a fim de que eles sejam mais redistributivistas: quando a União fizer concessões com os seus impostos, notadamente o IR, IPI etc., que dê, ao mesmo tempo, as compensações em favor do Estado e municípios;

4 — que o Paraná, preponderantemente, e os municípios, em situações peculiares, participem da política de fixação de alíquotas, base de cálculo e isenções do ITR, IUM, IUCLG, IUEE, e da TRU;

5 — que seja restaurada a participação do Paraná e municípios no produto da arrecadação do IUCLG na base de 60%;

6 — que para evitar que se repitam manipulações e incoerências que seja proposto e aprovado um dispositivo constitucional vedando a todos e qualquer imposto do CTN a sua vinculação a FUNDO, ÓRGÃO ou DESPESA;

7 — maior participação municipal na taxa rodoviária única, na prorrogação do licenciamento ocorrido no território do município, porque é nas cidades que circulam esses veículos, cabendo aos municípios a conservação das ruas, a sinalização, uma série de despesas volumosas provocadas pelos veículos que transitam por suas ruas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não podemos continuar passivos diante dessa situação.

É imperioso que se movimente a Associação dos Municípios.

É imperioso, é preciso que se pressione o sistema no sentido de uma completa reformulação tributária.

O Sr. Darcy Deitos – Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Trajano Bastos, inicialmente, quero cumprimentar Vossa Excelência que ocupa a tribuna, nesta tarde, fazendo uma radiografia efetiva do sistema concentrador, em que se encontra a Nação brasileira, nesta quadra, após o golpe de 1.964.

Porque, Vossa Excelência retrata muito bem, a penúria porque passam os municípios brasileiros. O sistema tributário estrangulou a autonomia dos municípios brasileiros. Só para elucidar um pouco esse seu pronunciamento, gostaria de dizer de que no ano passado, o orçamento dos quatro mil municípios brasileiros, perto de quatro mil, era da ordem de cento e vinte bilhões de cruzeiros. Veja Vossa Excelência de que quatro mil comunas brasileiras o orçamento era de cento e vinte bilhões e, se Vossa Excelência pegasse o orçamento do Estado de São Paulo, no ano passado, superava a casa dos duzentos e cinquenta bilhões de cruzeiros.

Então, veja Vossa Excelência o sistema concentrador implantado por aquela Revolução, que acabou com a autonomia dos municípios. Os Prefeitos vivem de chapéu na mão, os Governadores não são mais do que “mestres de cerimônia” do Poder Central.

Sou daqueles Deputado, que defende uma reforma tributária, ampla e geral, neste País. Tem-se que acabar com uma série de mamatas do Poder Central e, dentre outras, eu gostaria de inserir neste seu grande pronunciamento em que faz essa radiografia municipalista, de que deveríamos ter a eliminação gradual, seletiva e contínua das isenções de ICM. Porque, os grandes prejudicados são os municípios.

Tem-se que estabelecer também, eminente Deputado, a tributação do cigarro pelo seu valor de comercialização, porque, são isentos de ICM. Então, só quem leva vantagem é o Poder Central com a tributação de Imposto de Renda e de IPI. Estabelecer a tributação dos combustíveis automotivos, principalmente a gasolina, para que se deixe alguma parcela lá no município também, porque só quem arrecada é a Nação.

Que se estabeleça a uniformidade de alíquota do ICM entre os Estados e que não haja essa diferenciação.

Parece-me que ensaios do CONFAS, já houve nesse sentido no presente exercício.

Que se incluam novos indicadores para o estabelecimento do coeficiente de rateio do ICM destinado aos municípios, de forma a incluir, além do fator econômico atualmente desconsiderado, outros elementos, tais como o demográfico, a arrecadação de competência municipal, acrescido do imposto territorial rural, como fator geográfico indireto.

Criar um círculo de incidência do imposto sobre serviço de qualquer natureza, para que os municípios ampliem o seu leque de arrecadação.

Que se agilize o pagamento das cotas partes do fundo de participação dos Estados e dos municípios. Da Taxa Rodoviária única, como bem Vossa Excelência citou, do atraso, cujo pagamento hoje é uma verdadeira vergonha porque é pelo critério político e não pelo efetivo que o município merece.

Do imposto único sobre minerais e do fundo rodoviário nacional.

Enfim, uma série de medidas que devolvam a autonomia aos municípios. Que não se aumentem alíquotas, como o Governo está pretendendo em cima de uma matéria que dentro em pouco irei ocupar a tribuna, para também denunciar nesta

nesta Casa a manobra do Governo que, em vez de fazer reforma tributária, aumenta alíquotas, tirando, sugando, as parcas economias do povo brasileiro.

Cumprimento Vossa Excelência e me desculpe se me alonguei um tanto neste aparte que tão generosamente Vossa Excelência me concedeu.

Agradeço.

O SR. TRAJANO BASTOS – Ilustre Deputado Darcy Deitos, é sempre um prazer renovado ouvi-lo, nesta Casa, e muito principalmente no que diz respeito à política municipalista neste País, porque vejo em Vossa Excelência um lutador emérito em prol do municipalismo brasileiro.

O aparte de Vossa Excelência elucida e enriquece este modesto pronunciamento que faço, na tarde de hoje, e sou eu que agradeço a intervenção de Vossa Excelência.

Gostaria de chegar a um ponto que, muito embora sério, não é do conhecimento da maioria, até mesmo de políticos que militam neste País.

O Sr. Deni Schwartz – Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Gostaria de voltar ao início do pronunciamento, onde Vossa Excelência afirma que a reforma tributária de 1965 teve o condão de melhorar a participação dos municípios. Há um trabalho muito bom a respeito disto, feito em 1970, do Ilustre economista Hélio Duque, então na Prefeitura de Londrina, que prova exatamente o contrário.

Quando os municípios viviam com a legislação anterior, particularmente com o artigo 20, de fato os municípios recebiam maior participação no todo do tributo arrecadado na Nação.

O que houve, e o mérito da reforma tributária - se houve, foi no sentido de se disciplinar o pagamento aos municípios. Porque, todos os ex-Prefeitos lembram, que naquela época, antes da reforma tributária de 1965, o Prefeito vivia a correr e ter de vender a sua alma ao diabo, para poder receber aquilo que era do município.

Passaram-se anos e anos, e eu mesmo fui Prefeito em 1973, de Francisco Beltrão, e ainda este município tinha a haver do Estado verbas do artigo 20.

Mas é bom que se esclareça. O que se devolvia ao município antes da reforma tributária de 1965, era mais do que após a reforma de 1965. Não havia era disciplina e obrigatoriedade dos Srs. Governadores entregarem esse dinheiro. E a reforma de 1965, com Castelo Branco, passou a obrigar o depósito automaticamente aos bancos. Foi o grande mérito da reforma, não foi em quantidade, mas qualitativamente, a melhor.

Mas a tal de reforma tributária é tão falada neste País, quanto a reforma agrária: todo mundo admite que quer, mas os responsáveis não a fazem. Não a executam. Estou lembrado que o ex-Ministro da Fazenda, Sr. Carlos Richibietter, se dizia entusiasmado pela reforma tributária. E realmente ele inclusive andou fazendo umas declarações muito boas com relação à concentração de rendas. E ele levava isso para o campo dos municípios e dos Estados, demonstrando claramente que havia necessidade dessa reforma. E a coisa foi até certo ponto que em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, se não me falha a memória, o atual Presidente da República declarou deflagrado o Estudo da Reforma Tributária. E a reforma tributária não vem. E Vossa Excelência agora, ao encerrar o seu discurso, lembra bem a maneira como o Estado do Paraná pretende resolver a distribuição de recursos aos municípios, através de uma Secretaria Especial para isso.

Tive uma conversa com o Sr. Secretário de Desenvolvimento dos Municípios e ele disse: — bem, eu não posso fazer a reforma tributária.

Então nós achamos esse meio. O que precisa ser dito, Sr. Deputado Trajano Bastos, é que é preciso desmascarar neste País essas nossas autoridades.

Afinal de contas quem é que pode? O Presidente da República não pode; os Deputados não podem, se pudessem, a maioria é do PDS, já teria feito a reforma tributária.

Mas todos eles são favoráveis à reforma tributária.

Veja-se bem. Os Senadores não podem. Mas a maioria dos Senadores é do PDS; já estão incrustados os biônicos, exatamente para dar essa maioria.

E por que não fazem? Aí o Governador diz, eu não posso e o Secretário diz eu não posso. E nós Deputados, aqui na Assembléia, muitos Deputados do PDS já se manifestaram favoráveis à essa reforma.

E eu fico a perguntar, será que nós temos de pedir a quem, que se faça o que é desejo de todos? Pelo menos para efeito de se fazer demagogia junto aos Prefeitos.

Quer dizer, o que há mesmo, de fato, é que não há a vontade de se fazer a reforma tributária.

Porque enquanto não há a reforma tributária, nós continuamos a assistir o grotesco espetáculo de caçambas dos menores municípios deste Estado terem de vir a Curitiba, para apanharem papel higiênico na FUNDEPAR; vassouras, na FUNDEPAR; cera para passar no assoalho das escolas, na FUNDEPAR. E com isso, o Deputado de plantão do município tem uma razão de ser, já que aqui eles não aparecem.

Neste momento, alguns estão atrás de papel higiênico, de vassouras e de sabão, para os seus pequenos municípios. Mais um motorista, mais um carro geralmente até a gasolina está aí à frente, por isso não se quer reforma tributária. Porque no momento em que houver uma reforma tributária, Sr. Deputado Trajano Bastos, o dinheiro será bem aplicado neste Estado.

Tenho certeza. Porque o Prefeito, por mais corrupto que seja - não estou dizendo que haja Prefeitos corruptos - mas se houver, por mais corrupto que seja, sempre tem o vereadorzinho, sempre tem o cabo eleitoral que vai pedir a ele e puxar a orelha, o seu próprio companheiro vai atrás dele. Mas enquanto a verba fica aqui, para ser distribuída lá de cima pelo Sr. Delfim Neto para o Estado repassar para o município, nós vivemos muito bem. E as campanhas políticas estão garantidas, porque o Prefeito tem que ficar grato ao Deputado que arranhou cinco caixas de papel higiênico, dez caixas de sabão e vinte e cinco latas de cera, para que possa levar para as escolinhas de seu município.

Esquecido este Prefeito muitas vezes que naquele município, naquela escolinha ele tem de pagar a professora, tem de pagar a zeladora e tem de pagar a gasolina para o Delegado; e tem de pagar a casa para o Delegado, para o Juiz, para o Promotor. E que se ele somasse todo esse dinheiro, ganharia muito mais do que a lata de cera, o papel higiênico, ou as benesses do Governo que lhe são dadas lhe cobrando um juro muito alto. Porque, como ocorreu num município da minha região, ofereceram ao Prefeito seis milhões de cruzeiros, para fazer uma obra que não estava em seu plano, mas no plano dos políticos do Governo.

Muito bem. Só que essa obra custava quinze e ele teria que por mais nove. E ele preferiu não receber os seis. Porque com os seus nove, fará aquilo que está no seu plano.

Por isso a reforma tributária, Sr. Deputado, é aquela história que nem amante: todo mundo deseja, mas ninguém admite mostrá-la em público. Que nem a reforma agrária, igualzinho. Não se quer. Há que se acabar com essa demagogia de Deputado do Governo, de homens do Governo dizerem que não se pode fazer reforma tributária, a não ser que tenhamos que pedir ao Sr. Milton Tavares, ou a seus ilustres generais.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa lembra que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) — Sr. Presidente, a Liderança do PMDB concede cinco minutos ao Deputado que está na tribuna, para concluir sua oração, e os restantes - dez minutos - ao Deputado Darcy Deitos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Deputado Deni Schwartz. Vossa Excelência coloca muito bem o comportamento dos responsáveis pelos destinos deste País, no que diz respeito à tão falada reforma tributária, que este País tanto carece.

Veja Vossa Excelência, e Vossa Excelência colocou muito bem, e temos um exemplo bem presente, numa declaração há poucos dias publicada na imprensa nacional, declaração do Presidente Figueiredo, em que ele afirma, textualmente, que quer fazer a reforma tributária, mas ainda não a fez porque as estatais abriram um rombo no seu orçamento.

Palavras do Presidente da República.

Veja Vossa Excelência a seriedade desta afirmação, e, afinal de contas, pergunto: o Presidente da República tem ou não tem poderes para influir na política dessas estatais, se as estatais abriram um rombo no orçamento da União, é por incompetência das suas direções, das suas diretorias.

Mas, os generais de pijama continuam a ocupar o cargo de Presidentes dessas estatais.

E onde está a autoridade do Presidente da República?

Onde está a maioria do PDS na Câmara e no Senado, que em comícios e reuniões do interior, brada aos céus pela reforma tributária, e quando chega em ocasiões e oportunidades de manifestar e de provar a sua coerência, votam todos, como vacas de presépio, à vontade do Poder Central, que também não quer a reforma neste País. Esta é a grande verdade.

E no caso presente, no caso paranaense, veja Vossa Excelência, nobre Deputado, que o titular desta Secretaria recém criada, iniciou as suas atividades, dizendo que a finalidade da sua Secretaria seria de promover e assistir tecnicamente os municípios deste Estado.

Mentira!

Porque esta Secretaria praticamente inexistente. Porque ela nem verba orçamentária tem.

O Sr. Saul Raiz é, na prática, um passador de cheques. Porque o dinheiro que ele transfere aos municípios - e com critérios condenáveis - é dinheiro da Secretaria do Planejamento. E neste ponto, quero deixar aqui dúvidas quanto à constitucionalidade destes repasses.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço a Vossa Excelência. Vossa Excelência sabe bem da admiração que tenho pelo ilustre conterrâneo, mas esse raciocínio que Vossa Excelência acaba de trazer ao conhecimento da Casa, é um raciocínio que não podemos aceitar, uma colocação que não podemos aceitar.

Qual o Executivo que não é um mero assinador de cheques?

O Prefeito de Curitiba é, o Prefeito de Guarapuava é. Pegam o dinheiro do povo, transferem para obras, assinando cheques para pagar empreiteiras. Então o Secretário Saul Raiz, efetivamente, está distribuindo às Prefeituras dinheiro da Secretaria do Planejamento, apenas com critério, que Vossa Excelência talvez esqueça de mencionar. É que ele não está fazendo distinção partidária. Está atendendo todos os Prefeitos, está fazendo um trabalho sério, trabalho que há muito tempo se fazia necessário. E é evidente que isso preocupa um pouco a Oposição, porque estamos a dezoito, vinte meses das eleições. E as eleições se constituem num fato consumado. Tere-mos eleições em 1.982. É evidente que um Secretário do dinamismo, do porte de Saul Raiz tenha incomodado a Oposição.

Mas, tranquilize-se Vossa Excelência, porque ele vai continuar assim até o final de sua gestão, naquela Secretaria,

como mero assinador de cheques, mas atendendo os municípios do Paraná de uma forma igualitária, sem distinção partidária.

Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. TRAJANO BASTOS — Ilustre Deputado Erondy Silvério, não disse que o Secretário era mero assinador de cheques, disse que ele era mero passador de cheques.

O Sr. Erondy Silvério — Então me desculpe, entendi que era isso. Mas, quem passa o cheque assina.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa lembra ao nobre Deputado que lhe resta apenas um minuto para concluir.

O SR. TRAJANO BASTOS — Concluirei.

Quando Vossa Excelência diz que a atuação do Secretário preocupa a oposição, realmente preocupa. Preocupa no sentido do bom uso do dinheiro. Essa é a nossa preocupação. E é responsabilidade nossa ter essa preocupação, na fiscalização da aplicação do dinheiro público.

Então, se o dinheiro está dotado para a Secretaria do Planejamento, não haveria necessidade de se criar mais uma Secretaria simplesmente para passar esses cheques.

Por isso, o Sr. Saul Raiz é mero passador de cheques.

E quando digo que não há critérios e que os critérios que existem são condenáveis, é porque o Secretário está ingerindo nas administrações municipais. E digo isso com um exemplo de minha cidade.

O Prefeito de lá recebeu um telefonema do Sr. Secretário, dizendo que estava à disposição da Prefeitura um cheque de seis milhões de cruzeiros, e que o Prefeito poderia procurar.

O Prefeito veio para receber o cheque, como recebeu. Mas, acontece que, ao chegar à Secretaria, lá estava o famoso comando político de Guarapuava, que redigiu, do próprio punho, um plano de aplicação, para que o Secretário exigisse do Prefeito a aplicação daqueles recursos naquilo que eles queriam.

E vou dizer mais uma coisa a Vossa Excelência, que talvez não saiba, o plano de aplicação redigido em cima das coxas ...

O Sr. Erondy Silvério — ... ou das pernas.

O SR. TRAJANO BASTOS — É a mesma coisa.

O Sr. Erondy Silvério — Não é, é muito diferente.

O SR. TRAJANO BASTOS — ... era para construir "play ground" no interior do município.

Ora, tenha a santa paciência, vamos ter respeito pelo dinheiro do povo.

É isso que preocupa a Oposição, não é outra coisa não.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa o nobre Deputado que está esgotado o tempo que lhe é reservado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) — Sr. Presidente.

Ratificando o que a Liderança há pouco manifestara, que o tempo integral permanecesse com o Deputado que se encontra na tribuna.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Com a palavra o nobre Deputado Trajano Bastos que tem mais nove minutos para o término de sua oração.

O SR. TRAJANO BASTOS — Agradeço a Liderança do meu Partido.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. TRAJANO BASTOS — Um instante, ilustre Líder. E quando eu digo aqui, afirmo aqui que chego a ter dúvidas quanto à constitucionalidade desses repasses, me assiste razão.

Não quero afirmar, mas dúvidas eu tenho. Porque vejam Vossas Excelências. Nota-se uma preocupação daquela Secretaria recém criada, que é de escapar à fiscalização da Assembléia Legislativa do Paraná na aplicação desses recursos e vou dizer a Vossa Excelência o porquê. Porque a cada entrega desses cheques com o plano de aplicação já feito "nas coxas ou nas pernas" como quer Vossa Excelência, é assinado um convênio que a FAMEPAR chama ou batiza de "protocolo de intenções".

"Protocolo de intenções". Está aqui o documento, onde estão expressos direitos e obrigações de ambas as partes, e que eles querem chamar de "protocolo de intenções" por que? Porque se batizassem ou se dessem o nome verdadeiro, que é um convênio, este convênio, segundo a Constituição, teria que sofrer o referendado da Casa e nós Deputados da Oposição, teríamos a oportunidade e Vossas Excelências também, de fiscalizar a aplicação e distribuição desses recursos.

Isso é o que diz a Constituição do Estado quanto a convênios e que isto aqui nada mais é do que um convênio assinado pelo titular daquela Secretaria, pelo Secretário do Planejamento, porque o dinheiro é da Secretaria do Planejamento e pelo Prefeito que recebeu.

Então é um ponto a ser analisado por esta Casa. Tenho a impressão e quase posso afirmar que com esse eufemismo quer a Secretaria fugir à fiscalização legislativa.

Concedo mais um aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Erondy Silvério — Agradeço a Vossa Excelência, e em primeiro lugar eu também quero me congratular com a Liderança da sua Bancada em conceder-lhe mais tempo, porque Vossa Excelência é um orador primoroso, é um homem que cada vez que ocupa a tribuna realmente prende a atenção, porque traz à Casa assuntos sérios.

Digo isso com toda sinceridade. Não estou querendo jogar confete e não estou querendo ser agradável.

Agora, Vossa Excelência fez uma afirmação aí que me causa estranheza e não fosse feito por Vossa Excelência, eu duvidaria de imediato, mas como eu conheço o seu caráter, como conheço a postura séria, decente com que Vossa Excelência sempre se houve aqui, dentro desta Casa, é que vou realmente interpelar o Secretário, Sr. Saul Raiz, sobre o que Vossa Excelência afirmou, que ao fazer um repasse de seis milhões de cruzeiros ao Município de Guarapuava, a liderança, o famoso comando político de Guarapuava, exigiu que fosse aplicado em "play ground".

Então é realmente uma acusação séria que Vossa Excelência traz à Casa e eu darei a resposta a Vossa Excelência, porque aqui está um companheiro de sua Bancada, o Deputado Gilberto Agibert Filho, de Prudentópolis, que sabe como é que agiu o PDS de Prudentópolis, porque Vossa Excelência há de convir que a liderança política de Guarapuava é de Vossa Excelência e do PMDB, porque o Prefeito é do PMDB, mas Vossa Excelência há de convir que a outra facção política representa um elo da comunidade.

Então esta precisa ser ouvida na aplicação do dinheiro público porque o dinheiro público é de toda a comunidade. Então o que se tem feito e o que nós fizemos em Prudentópolis, está aí o nobre Deputado Agibert Filho, é o Prefeito indicar uma lista de prioridades. Esta lista é submetida ao

outro Partido ou às outras facções partidárias que de comum acordo, escolhem uma das prioridades. Foi o que aconteceu em Prudentópolis. O dinheiro de Prudentópolis, em comum acordo com o deputado Agibert Filho, com o Sr. Prefeito, foi escolhida a pavimentação de uma importante via da cidade.

Então Vossa Excelência há de convir que uma outra facção da comunidade tem que ser ouvida, porque o dinheiro é do povo, é de todo o mundo.

Agora, o caso que Vossa Excelência figura neste pronunciamento é um verdadeiro absurdo: investir dinheiro num "pay ground" como prioridade no município. Então vou falar com o Secretário Saul Raiz e trarei a Vossas Excelências as explicações cabíveis.

Muito obrigado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Agradeço a intervenção de Vossa

Excelência e muito me honra o aparte que Vossa Excelência me oferece e até porque, não só pelo prazer de ouvi-lo, mas também por ter Vossa Excelência aberto mais um horizonte dentro deste meu pronunciamento de hoje.

O mesmo crédito que Vossa Excelência me atribui, - que eu agradeço - atribuo também a Vossa Excelência.

Então, a coisa é ainda mais séria ilustre Deputado Erondy Silvério, ainda é mais séria do que eu pensava. Porque, então, Guarapuava está merecendo um tratamento discricionário.

O Sr. Erondy Silvério — Se assim o for, está mesmo.

O SR. TRAJANO BASTOS — E vou dar um exemplo, para reafirmar esta minha afirmação.

Quando da visita do Secretário do Planejamento, acho que em todas as cidades por onde passa Sua Excelência, o ilustre Secretário é recebido pelos Prefeitos, na Prefeitura Municipal. E assim foi no vizinho Município de Pinhão, eu não sei em Prudentópolis como foi, mas, Guarapuava foi contrário.

Pretendeu o Sr. Secretário exigir que o prefeito fosse sem convite a uma reunião que o PDS promoveu na Câmara Municipal.

Quer dizer então, Guarapuava está recebendo um tratamento diverso.

E talvez, nisso aí, porque, quando se discute prioridades, ilustre Deputado, Vossa Excelência tem razão.

Então, se não se pode ouvir toda a população, pelo menos, ouça-se a Câmara Municipal de Vereadores na sua maioria, pelo menos. Este seria um critério.

Quero dizer a Vossa Excelência que não sou contra que este dinheiro retorne, mas sou contra a forma como está sendo feita, e o engodo que está sendo levado a todos os municípios deste Estado, com as falsas afirmações do ilustre Secretário.

Neste um minuto que me resta, gostaria de conceder o aparte ao ilustre Líder da minha Bancada, Deputado Nelson Friedrich.

O Sr. Nelson Friedrich — Serei breve, porque Vossa Excelência tem inclusive, o brilhantismo de colocar extraordinariamente bem as suas afirmações.

O que precisa somente evidenciar, de tudo isto que ouvimos hoje, é que nós temos através da sua pessoa, uma proposta até concreta - que o titular daquela Secretaria venha até assumir algumas dessas reivindicações, para alterar o ângulo da questão.

Se não o fizer, realmente não é só um repassador, um balcão com objetivos eleitorais. Isso ficou também claro, quando aquele mesmo titular, deu aquela entrevista que nós fomos à tribuna para criticá-la pela ausência de uma presença moral

e política séria, quando disse que manipulará essas verbas com o objetivo de valorizar o Partido, de tirar proveito político para o PDS.

É óbvio que não seria diferente, quando o exemplo típico de Guarapuava, vem hoje a público mais uma vez, para confirmar aquilo.

Então, eu não queria tomar o tempo final do seu pronunciamento, a não ser só cumprimentá-lo e ser também cético, como foi o Deputado Deni Schwartz. Num País em que nós temos no Congresso Nacional uma maioria governista, que vota contra ao seu próprio interesse, que vota contra as prerrogativas, que talvez seria o início, o trampolim para nós mudarmos algumas coisas como inclusive, a questão tributária, o que se esperar dessa maioria?

O que esperar, nesse momento, deste Poder Político que aí está posto? É realmente de se ficar cético. E concluo, ilustre Deputado, dizendo que quando ouvimos a Liderança do PDS, que hoje realmente, todos são os que emitem e repassam cheques. Vossa Excelência foi muito feliz e eu repito aqui, a diferença gigante, é que no Estado do Paraná, se cria uma Secretaria "especialíssima" para assim proceder.

Até quando se abusará da paciência do nosso povo, ilustre Deputado?

E parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. TRAJANO BASTOS — Eu é que agradeço o aparte de

Vossa Excelência, e para finalizar, Sr. Presidente, quero deixar aqui reafirmada uma posição que coloquei há dias, num aparte que ofereci ao Deputado Deni Schwartz. Também no caso da reforma tributária que este País precisa, que os municípios e os Estados precisam, mais uma vez há omissão do dos Governadores, inclusive do Sr. Ney Braga, Governador do Estado do Paraná. Porque se os Governadores, com a força política que dizem ter, fizessem um movimento nacional pressionando os seus Deputados e os seus Senadores, e o próprio sistema, o próprio Presidente da República, este País já teria assistido a uma reforma tributária.

É que não interessa na prática, também, aos Governadores promoverem uma reforma tributária, porque isto está dentro do espírito do regime, dentro do contexto da filosofia deste regime que massacra esta Nação, que é: centralizar o dinheiro para poder dominar politicamente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta a Liderança do PP se deseja fazer uso do seu horário.

Havendo declinado, consulta a Liderança do PTB.

Havendo declinado, consulta a Liderança do PDS. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 56 Srs. Deputados.

A Mesa registra com satisfação, a presença em nosso plenário, do Sr. Deputado Federal Norton Macedo, Presidente do Diretório Regional do PDS no Paraná.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 49/79, que cria o Município de São Jorge do Patrocínio, com os limites e confrontações do atual Distrito Administrativo de São Jorge, Município de Altônia. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 49/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica criado o Município de São Jorge do Patrocínio, com território desmembrado do Município de Altônia, e seguintes divisas:

“começa no Rio Paraná, na foz do Rio São João, e sobe por este até a foz do Córrego São Vicente, até sua cabeceira, daí, pela divisa entre os lotes 228 e 229, até encontrar a estrada São Henrique; daí, em direção geral do Leste, até encontrar a estrada Mestre que liga as cidades de Pérola e Altônia; por esta estrada, em direção geral Nordeste, dividindo com o Município de Pérola, até o lote nº 01; deste ponto segue pela divisa intermunicipal até encontrar a cabeceira do Ribeirão Jequitibá, pelo qual desce até a sua foz no Rio Paracai, por este abaixo até a sua foz no Rio Paraná, pelo qual desce até a barra do Rio São João, ponto de partida.”

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 9 de junho de 1.981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;

RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 28/81, que declara de utilidade pública a “Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura”, com sede e foro em Curitiba.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI Nº 28/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, DA TECNOLOGIA E DA CULTURA, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 9 de junho de 1.981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;

RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei Complementar nº 25/81, que altera a Lei Complementar nº 2, de 18 de junho de 1975. (Lei Orgânica dos Municípios).— **Aprovado.**
(Acha-se publicado no Diário nº 62).

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 30/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. nº 34/81), que altera os dispositivos que especifica, da Lei nº 7.297. (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná). Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., com EMENDA da C.R.H., por unanimidade.— Em votação a emenda.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito a Vossa Excelência a fineza de determinar ao Sr. 1º Secretário que proceda a leitura da Emenda.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e solicita do Sr. 1º Secretário que proceda a leitura da emenda.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Procede a leitura da emenda).

“COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS EMENDA AO

PROJETO DE LEI Nº 30/81.

Substitua-se o texto do art. 8º, na parte que trata da composição das 12ª e 63ª Seções Judiciárias, pela seguinte redação:

“Art. 8º —

12ª) — Comarca de Curitiba: Vara das Execuções Penais;

.....

63ª) Comarca de Curitiba: 9ª, 10ª e 11ª Varas Criminais.”

Sala das Comissões, em 7 de maio de 1.981.

(aa) NELSON BUFFARA, Presidente,

JURANDIR MESSIAS, Relator.”

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Em votação a emenda.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, tenho a impressão de que as emendas concernentes a este Projeto de Lei nº 30/81 foram retiradas, de acordo com o requerimento do Sr. Deputado Erondy Silvério, na data de ontem.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre Deputado que a emenda de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, foi retirada ontem, através de um requerimento de sua autoria.

A emenda que está sendo apreciada é uma Emenda da Comissão de Recursos Humanos.

Está em votação a emenda.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encaminhada pelo Governador do Estado, de acordo com a Constituição vigente, o Judiciário remeteu a esta Casa, um anteprojeto de lei, alterando disposições da Lei ou do Código de Organização e Divisão Judiciária do Paraná, Lei nº 72/92, de janeiro de 1.980, visando a adequação de alguns cargos de Juizes, e algumas demais disposições relativas ao bôjo do anteprojeto, fazendo alguns reparos na lei citada.

Por acordo das Lideranças desta Casa, algumas emendas que poderiam ser postuladas no segundo turno da discussão deste projeto, foram extirpadas deste procedimento, porque, no momento próprio, será encaminhada pelo organismo judiciário, pela Presidência do Poder Judiciário, como prevê a Constituição em vigor.

Estranhamente, Sr. Presidente, já houve projeto de lei sendo encaminhado através de membros desta Casa, e que foram repelidos pelo Plenário na ocasião da discussão.

Mas, depois que passou pelas Comissões Técnicas deste Poder, o projeto original, a Presidência do Tribunal de Justiça encaminhou um ofício que data de 8 de maio, à C.C.J., através da Presidência desta Casa, solicitando alteração do artigo 8º da citada lei, que diz o seguinte:

“Art. 8º — Comarca de Curitiba, Varas das Execuções Penais. E 63ª Comarca de Curitiba, 9ª, 10ª e 11ª Varas Criminais.”

Isto porque houve um problema de datilografia, pela rapidez com que o projeto foi encaminhado a esta Casa.

Nestas condições, Sr. Presidente, a Comissão de Recursos Humanos, buscando o aperfeiçoamento do projeto, e, também visando alcançar o objetivo proposto pelo Tribunal de Justiça, encaminhou esta emenda ao projeto de lei, e quero informar à minha Liderança, e ao colégio de vice-Líderes do meu Partido, que têm procurado, com grande esforço, aperfeiçoar os objetivos maiores do projeto de lei, e este adendo foi transformado em uma emenda que, a pedido da Presidência do Tribunal de Justiça, não poderia ficar fora deste projeto, ou deste anteprojeto, agora em vias de se transformar em lei, porque é parte integrante dos objetivos propostos pelo projeto.

E venho à tribuna, Sr. Presidente, encaminhar a votação,

por dever de delegação de poderes da Liderança do meu Partido, que nos encarregou de ser o porta-voz da bancada, ao conhecimento da Casa, com relação a este projeto e a emenda aqui proposta, de tal maneira que esta proposta encaminhada "a posteriori" pela Presidência do Tribunal de Justiça, precisa ser aprovada, sob pena do projeto em si não ter possibilidade de consecução dos objetivos previstos e propostos.

Por esta razão, Sr. Presidente, quero esclarecer, em nome da bancada, que a emenda precisa fazer parte integrante do projeto.

Por isso, a Comissão de Recursos Humanos, da qual este Deputado faz parte, buscou adequá-la, para integrar o projeto, exatamente para que o projeto tenha a sua aprovação na forma que precisa ser aprovado, sob pena de ser inexecutível.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Em votação a emenda.

Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como estão. — Aprovada.

Em votação o projeto. — Aprovado.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 162/80, de autoria do Deputado FLORIVALDO PALÁCIOS, que declara de utilidade pública o "Hospital e Maternidade Anita Canet", com sede na Cidade de Conselheiro Mairinck e foro na Comarca de Ibaiti. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

O SR. DARCY DEITOS (Pela ordem) — Sr. Presidente, requerio verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, antes de Vossa Excelência proceder a verificação de votação, solicito que seja procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere.

O Sr. 1º Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Responderam a chamada nominal 31 Srs. Deputados.

Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Em votação o Projeto de Lei nº 162/80.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Nós havíamos solicitado de Vossa Excelência a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Os Srs. Deputados que aprovam o projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Palácios, queiram levantar-se.

30 Srs. Deputados a aprovam.

Aprovada, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 11/81, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jacarezinho uma área de terras pertencentes ao Estado, conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 13/81, de autoria do Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública a "Creche Nice Braga", com sede na Cidade de Uraí-Pr.

Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 29/81, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que autoriza o Poder Executivo a doar área de terra à Prefeitura Municipal de Iporã. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. — Aprovado, pelo Substitutivo Geral, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 36/81, de autoria do Deputado FLORIVALDO PALÁCIOS, que declara de utilidade pública o "HOSPITAL DE MISERICÓRDIA SÃO JOÃO BATISTA", com sede e foro na Cidade de Ibaiti. — Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, com apoio do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. GABRIEL DOMINGOS ABDALLA, ocorrido em data de hoje na Cidade de Francisco Beltrão. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. PAULO ROZO, ocorrido em 9 de junho do corrente, no Distrito de Boa Vista da Aparecida, Município de Capitão Leônidas Marques. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei nº 30/81, aprovado em 3ª discussão na sessão de hoje. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 203/79, que visa outorgar o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Sr. OPHIR RUY WOITOWICZ. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do Sr. Secretário da Indústria e Comércio do Estado do Paraná, para prestar esclarecimentos a este Poder Legislativo a respeito dos empréstimos concedidos pelo BADEP, BRDE à Itaipu Binacional, Furnas, Centrais Elétricas S.A. e ELETROBRÁS. — Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Antes que Vossa Excelência anunciasse a matéria seguinte eu pedi verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, sob pena desta Casa violentar o Regimento Interno, como tem sido praxe em outros casos, a matéria já foi votada e não houve oportunidade, porque está ausente e já havia passado praticamente para outra matéria.

De tal modo, que a matéria foi aprovada, já é vencida, a exemplo de tantas outras, que em situação muito diferente

desta, ainda em regime de votação, é obstada sua votação.

Mas esta é matéria vencida, Sr. Presidente, tanto isso é verdade, que aí as gravações poderão constatar a veracidade do argumento que levanto.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre orador, que ainda não havia passado para um outro requerimento, quando o Líder do Governo, que se encontrava aqui verificando requerimentos, pediu pela ordem e se dirigiu ao Plenário.

Nestas condições, a Mesa procederá a verificação de votação.

O SR. DENI SCHWARTZ (Pela ordem) — Sr. Presidente.

Gostaria que Vossa Excelência lê-se esse requerimento, primeiro para constar nos Anais da Casa novamente e, segundo, para criar responsabilidades, já que este Deputado em relação ao assunto, foi inquinado de “mentiroso”.

Portanto, solicito para que a Casa tome muito cuidado ao votar agora, novamente, apesar de já ter sido votada.

Solicito que Vossa Excelência determine ao Sr. Secretário que leia o requerimento, porque vai gerar polêmica, já que o Sr. Líder do Governo ontem, no seu discurso, disse que este Deputado deveria ter primeiro consultado o Governo, o Sr. Secretário da Indústria e Comércio sobre o assunto e não o fez. E chamou, inquinou este Deputado de mentiroso.

Por isso, chamo a atenção da Casa, para demonstrar a isenção desse Deputado, e recomendo a todos os membros desta Casa, que não usem apenas para enfeite a mensagem do Sr. Governador que trata do assunto. Porque se não, o Governo vai ficar sob suspeição, já que o Sr. Líder do Governo nada respondeu a este Deputado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e o Sr. 1º Secretário procederá a leitura na íntegra, do requerimento de Vossa Excelência.

(Lê o requerimento)

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, quero novamente renovar o respeito, a admiração que tenho pelo nobre Deputado Deni Schwartz.

Todavia, o nobre Deputado vai acabar dando bom dia para cavalo. Porque ele acaba, novamente, de vir com uma inverdade na Casa.

Não chamei o nobre Deputado de mentiroso, estão aqui textualmente as palavras que proferi ontem. Estão aqui - vou pedir vênias a Vossa Excelência para ler - não tem nenhuma matéria injuriosa. Disse: . . . “entretanto em uma cobrança acertou o nobre Deputado Gernote Kirinus. Queremos agradecer-lhe pela oportunidade que nos é dada e fazer hoje as devidas informações. Visando informação contida em mensagem do Governo, o Sr. Deputado Deni Schwartz acusou o Governo do Estado de desviar recursos do BADEP, do BRDE, do Desenvolvimento Paranaense, para financiar obras, segundo disse o Deputado Deni Schwartz, sobre a “famigerada” obra de ITAIPU. Sobre o fato, o nobre Sr. Deputado criou um enredo, empolgado e injurioso ao Governo.”

Queremos informar agora, com toda a cortesia, que os bancos paranaenses foram apenas repassadores de recursos do FINAME. Onde está a expressão injuriosa que fiz ao nobre Deputado? Onde o chamei de mentiroso? Jamais faria isto, porque conheço o espírito patriótico, decidido, firme, o caráter excepcional do nobre Deputado Deni Schwartz.

Como é que ele pode afirmar que eu o chamei de mentiroso?

Estão aqui as notas taquigráficas. Estão aí as gravações

que podem ser consultadas. Os Anais compulsados.

Por favor, Sr. Presidente! Pedi esta questão de ordem para que o nobre Deputado não cometa esta injustiça comigo. Jamais o chamaria de mentiroso.

E ainda mais, Sr. Presidente, e quero que conste em ata. Hoje um repórter do Canal 12 fez diversas entrevistas na Casa e vai procurar no jornal da noite dizer que a Bancada do PDS não estava presente.

Esta moça, esta sim, se der esta informação, está desvirtuando a sua profissão, porque da chamada feita dos 31 Srs. Deputados presentes, 14 são do PDS, 3 estão sem partido, um do PTB e os demais do PMDB.

Veja Vossa Excelência que estamos praticamente empatados em frequência, no dia de hoje.

Apenas para que os Anais registrem este fato, para que a repórter não distorça os fatos, querendo ser agradável a alguém.

Obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, há que se deixar aqui também uma questão muito clara, para que os Anais não fiquem nesta dúvida interpretação que foi dada.

Temos também em mãos exatamente as manifestações do Líder da Maioria, onde ele diz, textualmente, que eu repetidas vezes disse que aqui no Paraná muito deve a Oposição. E quando falo Oposição, não falo em Oposição baixa, rasteira, mentirosa, caluniadora.

E na sequência, quando interpreta o que dissera o Deputado Deni Schwartz, é óbvio que deixa tacitamente a interpretação de que está no episódio se referindo a este tipo de Oposição.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Isto é subjetivo.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Isto não é subjetividade.

É o texto que está nos Anais da Casa.

Acho que este assunto merecerá, por certo, uma resposta mais alongada do Deputado Deni Schwartz, bem como a questão posta do requerimento em si, vem também afirmar isto, que aquilo que dissera o Deputado Deni Schwartz seriam definitivamente clareados, estes argumentos, se viessem aqui as autoridades que estão sendo convocadas para tal.

É óbvio que também aqui, de uma maneira indireta, está se confirmando tudo aquilo que dissera o Sr. Deputado Deni Schwartz, utilizando inclusive mensagem governamental. E esta é uma questão que nós precisamos deixar aqui muito clara.

E não estou aqui agora ao final, Sr. Presidente, para defender esta ou aquela pessoa. O que se viu hoje aqui na Casa, é que nós tínhamos 13 Deputados do PMDB, portanto, setenta por cento de sua bancada e que vem provar aquilo que temos dito, que são as oposições que têm garantido “quorum” na maioria das partes do andamento desta Casa. Tanto isto é verdade, que no instante em que estive aqui a TV, flagrou somente dois Deputados na Bancada do PDS.

Então é óbvio que nós não podemos ter aqui, nem utilizar expediente, para tentar desvirtuar, tentar desvirtuar perante a opinião pública, uma realidade que está clara.

A radiografia diária que se fizer aqui, da imprensa, por parte do rádio, da televisão ou dos jornais, vai verificar isso que a própria televisão apresentou ontem vai apresentar hoje, para moralizar inclusive esta Casa. Porque é inadmissível que nós continuemos.

Penso desta maneira, quando temos uma maioria com mais de 30 Srs. Deputados e quando chega nas questões básicas desta Casa, nós vemos como vimos hoje, o vazio com apenas Deputados, naquele instante, quando se iniciava a Ordem do Dia, na bancada da Maioria neste Plenário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FIORI LUIZ — (Pela ordem) — Sr. Presidente, sobre a questão de ordem levantada pelo nobre Líder do PDS, da enquete feita por uma repórter de uma estação de tevê, nós queremos adiantar que os Deputados do PDS estão realmente liberados se quiserem vir à Casa ou não, porque o próprio Presidente do PDS, Sr. Northon Macedo, em entrevista a uma emissora de rádio, há poucos instantes, diz que os Deputados do PDS não têm obrigação de vir à Casa, que eles têm outros compromissos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, sem querer estabelecer polêmica ou pingue-pongue novamente, nós queremos lembrar o nobre Líder do PMDB que ele deve ler o Regimento Interno da Casa que obriga a presença do Deputado, apenas na votação da Ordem do Dia.

Isto é comum, é a tradição já do Parlamento Estadual, que os Srs. Deputados atendem nos gabinetes, durante o horário do Expediente.

É praticamente facultativa a presença do Deputado no horário do Expediente.

Aliás é o que determina o Regimento Interno da Casa. Ele determina que a sessão não pode ter continuidade e nem ser aberta com menos de um terço dos Srs. Deputados.

Mas obriga, isto sim, a maioria por ocasião da votação da Ordem do Dia. E na votação da Ordem do Dia a Bancada do PDS esteve aqui.

Nós não queremos negar nesta oportunidade, a colaboração inestimável que a Bancada da Oposição tem dado ao processo legislativo do Estado.

Realmente, tem dado até suporte para que a matéria da Ordem do Dia seja votada.

Agora, esta questão de comparecimento ou não, é um problema de fôro íntimo de cada Deputado.

O que nós não podemos admitir é que este Poder seja questionado por repórteres, por jornalistas. Isto aqui não é Hermes Macedo; isto aqui não é Prosdócimo em que o Deputado tem que vir assinar ponto.

O Deputado não tem que dar satisfação a jornalista. Se comparece ou não comparece.

Agora, na Ordem do Dia sim, o Deputado deve estar aqui para cumprir com o seu dever, com a sua obrigação. E compete à Mesa, verificada a ausência do Deputado, tomar as medidas cabíveis que também são indicadas no próprio Regi-

mento Interno da Casa.

Obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Sr. Presidente, apenas queria fazer um pequeno reparo com referência às recentes colocações feitas pelo nobre Líder da Bancada do PDS, porque quando se votava aqui nesta Casa o quinto projeto da Ordem do Dia, que era a votação do Projeto de Lei nº 162/80, nós solicitamos verificação de votação, porque vimos que a Casa não tinha “quorum” legal para deliberações.

E nós havíamos verificado que na bancada do eminente Líder do Governo havia apenas dois Deputados.

Este o motivo que nós solicitamos verificação de votação, porque muitos Deputados que se encontravam na Casa, não cumpriam com a sua determinação legal.

Era esse o esclarecimento que eu queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa irá proceder verificação de votação no requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se.

15 Srs. Deputados o aprovam;

3 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 11, quinta-feira, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 162/80, 11/81, 13/81, 29/81 e 36/81.

Marcando ainda, outra sessão ordinária, para sexta-feira, dia 12, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nºs 20/81, 16/81 e 30/81;
dos Projetos de Resolução nºs 112/79, 11/81, 12/81 e 13/81.

Levanta-se a sessão.

ATOS DA DIRETORIA GERAL:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

PORTARIA Nº 477/81

conceder ao funcionário contratado deste Poder, RUBENS GRUMMT, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1.981, a partir de 08 de junho de 1.981.

(Protoc. nº 4360).

PORTARIA Nº 478/81

prorrogar até 31 de dezembro de 1981, a permanência neste Poder, do funcionário HERACLITO MACHADO SANDANO, designando-o para prestar serviços no Gabinete do Deputado Antônio Facci.

(Protoc. nº 4342).

PORTARIA Nº 479/81

revogar a Portaria nº 448/81, na parte que se refere ao funcionário HUGO MENDONÇA SANT'ANA, que prorrogou a permanência do mesmo neste Poder até 31 de dezembro de 1981.

(Protoc. nº 4295).

PORTARIA Nº 480/81

prorrogar até 31 de dezembro de 1981, a permanência dos funcionários VILSON DA SILVA NATAL e WALDOMIRO DE CAMARGO, designando-os para prestarem serviços no Gabinete da Presidência.

(Protoc. nº 4593).

PORTARIA Nº 481/81

designar, ROSIRENE GEMAEI LIBRETTI, funcio-

nária contratada deste Poder, para prestar serviços como datilógrafa, no Gabinete do Senhor Deputado Ailton Cordeiro, a partir de 07 de maio do corrente.

(Protoc. nº 3869/81).

PORTARIA Nº 482/81

designar, MARIA DE LOURDES PETERS, funcionária contratada deste Poder, para prestar serviços como datilógrafa, no Gabinete do Senhor Deputado Luiz Alberto de Oliveira, a partir de 14 de maio de 1981.

(Protoc. nº 4133/81).

PORTARIA Nº 483/81

designar LEONY GRANADO CARAZZAI, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Presidência, até 31 de dezembro de 1981.

(Protoc. nº 4645).

PORTARIA Nº 484/81

prorrogar até 31 de dezembro de 1981, a permanência neste Poder, do funcionário ALBINO SUDUL, designando-o para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria.

(Protoc. nº 4646).

PORTARIA Nº 485/81

prorrogar até 31 de dezembro de 1981, a permanência neste Poder, da funcionária ROSELI CARTA BRESSAN, designando-a para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral.

(Protoc. nº 4335).

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de junho de 1981

PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS

DIRETOR GERAL